

O AMBIENTAL NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA: UMA LEITURA NOS CONTEÚDOS DE GEOGRAFIA DO BRASIL

Raphaela Desiderio
Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC
raphaeladesiderio@yahoo.com.br

Introdução

Diante das proporções da problemática ambiental contemporânea veiculada pelos meios de comunicação de massa e após décadas de debate, construção e reconhecimento do ambiental como um campo de relações, propõe-se neste texto, uma investigação sobre o ambiental no ensino de geografia.

Entendido como um saber transversal, ou seja, que permite transitar pelas diversas áreas do conhecimento, a compreensão do ambiental e sua inserção na geografia escolar nos permite dialogar sobre as singularidades dessa temática quando submetida ao texto pedagógico.

Apresenta-se aqui uma leitura do ambiental no livro didático de geografia. A partir dessa análise, problematizaremos sobre a possibilidade de produção/reprodução de uma realidade fabricada pelo aparato educativo – livro didático, suas aproximações e distanciamentos com o que se constitui como campo ambiental.

Essa investigação proporciona um entendimento das dimensões tomadas por essa temática no campo educativo e nos faz perceber os distanciamentos desta com a Geografia acadêmica. Os temas analisados mostram a reprodução de discursos e a produção de realidades meramente informativas que não possibilitam encontros com o cotidiano. O ambiental no texto pedagógico dissolve as complexidades dos espaços e reduz-se a uma realidade como destruição, cuja necessidade não é possível reconhecer.

Leituras do ambiental

Desmatamentos na floresta amazônica, mudanças climáticas, ameaça da biodiversidade, escassez e poluição da água, entre tantos outros, são temas recorrentes estampados em capas de revistas, manchetes de jornais ou programas de televisão. A produção e veiculação de uma “natureza espetáculo” (SANTOS, 1992; GUIDO, 2005) produz uma realidade. Realidade atrelada a uma crise ecológica, a um planeta em estágio avançado de destruição.

Diante desse diagnóstico, a conservação, preservação e sustentabilidade se tornam premissas de um mundo melhor, habitável às futuras gerações, ou seja, produzem uma realidade “ideal”.

Considera-se a realidade como a “questão”, “ou o que está em questão”, portanto, “o que é problemático e pode ser problematizado”, o “assunto da discussão”, algo constantemente construído e dissolvido na sociedade contemporânea (LARROSA, 2004).

Nesse sentido, reconhe-se o ambiental como uma questão recorrente, abordada constantemente nos mais variados âmbitos da sociedade contemporânea, algo que vem sendo dissolvido e construído permanentemente nas últimas décadas do século XX e início do XXI.

De um lado, a natureza, recurso passível de escassez e deterioração, do outro, a necessidade do desenvolvimento econômico que abarca muitas dimensões e o homem como agente de destruição e dilapidação dos recursos naturais.

Desde o início da década de 1970, uma série de conferências intergovernamentais, reuniões internacionais, realizadas nos mais diferentes países, resulta em acordos, tratados e um pacote de recomendações que versam sobre a relação problemática da sociedade para com a natureza.

A partir desse contexto, tudo o que diz respeito a essa relação sociedade versus natureza, fragmentada pela trajetória da modernidade ocidental, que gera uma notável queda na qualidade de vida e certa “preocupação” advinda do modelo de crescimento econômico atrelado ao princípio da escassez, recebe a denominação de “ambiental”.

De fato, anteriormente já se esboçava certa preocupação com estudos referentes às relações sociedade e natureza e a organização espacial engendrada por essas relações, haja vista, a própria história do pensamento geográfico que tem como referência central à relação homem-natureza (MENDONÇA, 2001; BECKER e GOMES, 1993).

As próprias concepções de meio como sinônimo de natureza estavam atreladas a uma concepção ecológica, organicista. Para Canali (2002) a expressão ambiental tem suas raízes no próprio conceito de ecologia, introduzido por Haeckel, biólogo alemão, em 1866. Temos, então, no final do século XX, uma ressignificação do ambiental, que permeia tanto as relações ecológicas, como as que dizem respeito às relações sociedade e natureza. Essas relações, no entanto, perpassam pelo discurso da escassez dos recursos naturais, da destruição do planeta, dos problemas que a organização espacial histórica da humanidade vem acarretando. Esses problemas são denominados de ambientais.

Assim, a partir da decisão das Nações Unidas de promover uma série de conferências mundiais, parece estarmos diante da invenção do ambiental. Diante disso, é necessário alimentar discussões e criar recomendações sobre novas formas de lidar com o planeta.

Passa a ser um consenso entre os organismos e governos internacionais, além dos mais diversos setores da sociedade que os tais “problemas ambientais” são resultados do modelo de crescimento econômico baseado na utilização de recursos naturais sem limites.

Não se nega aqui a questão ambiental, ao contrário, entende-se que é necessário um aprofundamento na compreensão das múltiplas e complexas relações que existem entre os processos sociais e naturais.

Distinguir a produção de um discurso ambientalista atrelado à realidade como destruição, de uma série de formas conflituosas de lidar com o planeta e as conseqüências desses processos na organização espacial em suas diferentes escalas, permite-nos uma análise das diversas facetas do ambiental.

Entende-se que o ambiental está inscrito num campo de permanente tensão entre os diversos atores e práticas que o constituem. Essa noção de campo (BOURDIEU, 2001), como um conjunto de relações em permanente tensão entre as posições sociais e o poder que cada uma detêm, traduz-se no ambiental através do espaço que se cria por essas relações e o conjunto de atores e práticas de diferentes âmbitos da sociedade que o legitimam como tal.

Ao reconhecer os diversos sentidos que cabem nesse campo, Carvalho (2002) distingue categorias como: conservacionismo/ conservacionista, ecologismo/ ecologista e ambientalismo/ambientalista. O termo conservacionismo é historicamente reconhecido nesse campo enquanto, o [...] ecologismo e ambientalismo são distinções cujas fronteiras contam com margens menos precisas, ora recobrando-se, ora diferenciando-se.” (Id.Ibid, p.16)

Os termos ambientalismo/ambiental se referem, portanto, a um conjunto mais amplo de atores e práticas quando comparados ao ecologismo/ ecologista. Nesse sentido

[...] o termo ecologismo é aplicado ao movimento ecológico propriamente dito, sendo associado a questionamentos e propostas de mudanças radicais quanto ao modelo de desenvolvimento e ao estilo de vida. Por outro lado, os termos ambientalismo e ambientalistas denominam um conjunto mais amplo de movimentos e atores que, na esfera de difusão do ecologismo, aderem a um ideário de preservação e gestão sustentável do meio ambiente, incluindo, portanto, uma variação ideológica que envolve ideários e propostas de mudanças menos radicais quanto ao modelo de desenvolvimento. (CARVALHO, 2002, p. 16)

A questão ambiental teria então eclodido justamente na época em que as Nações Unidas realizaram em Estocolmo, Suécia, 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente? Parece haver, entre alguns autores, um consenso sobre esta ser considerada um marco histórico e político no que diz respeito à internacionalização da questão ambiental. (MONTEIRO, 1980; CARVALHO, 2002; DIAS, 1994).

O questionamento do modelo de desenvolvimento e as denúncias de um ambiente em crise geraram uma série de recomendações, cujos objetivos eram alertar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria na qualidade de vida. Já que estamos diante do marco das preocupações ambientais, é necessário agregar a expressão ambiental à educação¹.

A educação ambiental passa a ser assunto de diversas conferências e documentos, assim, como materiais didáticos que pretendem “sensibilizar”, “conscientizar” ou informar os sujeitos sobre maneiras ecológica ou ambientalmente corretas de agir, consumir e pensar o ambiental.

Assim como em todas as outras conferências e reuniões, a Rio-92 produziu mais um pacote de recomendações que pretendiam indicar as soluções para a “crise planetária”, por meio de uma série de normas e atitudes consideradas “corretas”. Dentre essas recomendações destaca-se a necessidade do enfoque interdisciplinar na educação, a reorientação da mesma para o desenvolvimento sustentável e a promoção da conscientização popular através de informações sobre o meio ambiente (DIAS, 1994).

A leitura desses referenciais nos encaminha para a reflexão sobre a produção de um discurso e de um pacote político institucional e pedagógico que prescreve regras e normas de comportamentos e atitudes.

¹ Na Declaração da ONU sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972 in. DIAS, 1994, p. 270), dentre os princípios está o seguinte: 19- “É indispensável um trabalho de educação em questões ambientais, visando tanto as gerações jovens como os adultos, dispensando a devida atenção ao setor das populações menos privilegiadas, para assentar as bases de uma opinião pública bem-informada e de uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, inspirada no sentido de sua responsabilidade, relativamente à proteção e melhoramento do meio ambiente, em toda a sua dimensão humana”. Após essa Conferência, uma série de outras (Encontro de Belgrado, Iugoslávia 1975; Conferência de Tbilissi, Geórgia, 1977; Conferência Intergovernamental sobre Educação ambiental, Moscou, 1987) seguidas por encontros regionais criaram uma série de recomendações e documentos sobre a educação ambiental.

Foi a partir de uma recomendação da “Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano” - Estocolmo, 1972, que em 1975, a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura e o PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, criaram o PIEA - Programa Internacional de Educação Ambiental.

A realidade como destruição aliada à idéia de uma pretensa “conscientização” ou “sensibilização” para a preservação da natureza surge como um alerta urgente sobre os cuidados do indivíduo para com o planeta. Um discurso preocupado com o desenvolvimento, mas também com as futuras gerações, com os limites dos recursos naturais, com a escassez da água, com a poluição generalizada, com as mudanças climáticas, com o desmatamento da Amazônia, com a extinção da biodiversidade, com a reciclagem, enfim, com uma realidade problemática.

Sobre a produção de um “discurso global” aliado a formação de um cidadão planetário, aponta Oliveira Jr

[...] tal “discurso global”, que já há algumas décadas vem ganhando corpo e tornando-se hegemônico, está a nos convencer de que habitamos um *mesmo lugar*, o planeta Terra. É dessa perspectiva que qualquer local existente no planeta nos diria respeito. Penso nesse “discurso global” como constituído por dois apoios fortes e muitos outros dispersos. Os dois fortes seriam o discurso da globalização econômica e o discurso ecológico-ambiental, este último produtor do lema: agir localmente e pensar globalmente. (*Grifos do autor - OLIVEIRA JR, 2007, p. 172*).

A partir dessas considerações pretende-se um diálogo entre o ambiental e a geografia que se ensina através do livro didático. Nesse sentido, apresentamos alguns apontamentos sobre o ensino de geografia e a institucionalização da educação ambiental, tomando como referência a geografia que emerge dos PCN’s, documento no qual o meio ambiente é considerado um tema transversal.

Apontamentos sobre a Geografia dos PCNs e o ambiental como tema transversal

Assim como, a década de 1990 é apontada por Gonçalves (2006), como a década em que a questão ambiental tomou grandes proporções no cenário internacional constituindo-se como tema obrigatório na esfera política. É também neste contexto que o ambiental é incorporado ao currículo escolar, como tema transversal.

Toma-se como referência a geografia produzida pelos Parâmetros Curriculares Nacionais e os desdobramentos desse documento na geografia apresentada pelos livros didáticos.

Os PCNs configuram-se como uma proposta curricular comum a todo o território nacional. Teoricamente apresentam as diretrizes para o Ensino Fundamental. Cabe ressaltar que, a inserção dos temas transversais nos currículos escolares brasileiros, segue o modelo da proposta de renovação pedagógica espanhola, adotada pelo governo brasileiro na reforma educacional da década de 1990. (PONTUSCHKA, 2007).

A geografia que emerge dos PCNs, traz como referência o estudo do espaço geográfico com enfoque nas escalas local/global. Dentre os objetivos para o terceiro ciclo estão à capacidade de reconhecimento das leis e princípios próprios da sociedade e da natureza, de cuja interação histórica resulta o espaço geográfico e a compreensão do espaço vivido relacionado às escalas local/global.

Além disso, os sujeitos devem ser capazes de perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1998).

Segundo os PCN's (5ª à 8ª séries), a geografia a partir de seu objeto de estudo, “às interações entre a sociedade e a natureza”, poderia trabalhar com “[...] quase todos os conteúdos previsto no rol do documento de Meio Ambiente”. Ainda de acordo com o documento, os temas sociedade e meio ambiente são os que permitem maior aproximação, “[...] pois, ao tratar da formação socioespacial, das novas territorialidades e temporalidades do mundo, aborda-se de forma ampla os processos que geram uma determinada ocupação do solo, as demandas por recursos naturais, o crescimento populacional e a urbanização, entre outros”. (Id. Ibid, p. 46)

As grandes questões do Meio Ambiente apresentadas pelos PCNs de geografia são: poluição, desmatamento, limites para o uso dos recursos naturais, sustentabilidade e desperdício.

A leitura da geografia produzida pelos PCNs traz constantemente à tona a questão das escalas local/global. Segundo esse documento o “espaço vivido” e a “paisagem local”, são referências para a organização do trabalho do professor que dessa forma estaria “introduzindo os alunos nos espaços mundializados”, ou seja, a formação de um sujeito planetário.

Em 1990, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, publicou como contribuição ao PIEA², *Conceitos Básicos de Educação Ambiental* (Basic Concepts of Environmental Education). Neste, “o dever de reconhecer as similaridades globais, enquanto se interagem efetivamente com as especificidades locais, é resumido no seguinte lema da EA: “Pense globalmente, aja localmente” (*Think globally, act locally*)”. (Grifos do autor. Id. Ibid, p. 139).

É possível reconhecer esse “lema” tanto nas diretrizes do ensino de geografia quanto nas recomendações prescritas nos documentos que versam sobre a educação ambiental. O “pensar globalmente, agir localmente” se constitui como a “máxima do pensamento ambientalista” (GUIDO, 2005).

Entender de que forma(s) o ambiental aparece nos livros didáticos de geografia do 7º ano do Ensino Fundamental, permite-nos uma reflexão sobre até que ponto esse material, após dez anos do surgimento dos PCNs, incorporou indicações advindas desses documentos de referência e qual o papel do ensino de geografia do Brasil diante de uma geografia que deve se pautar na formação de um sujeito planetário, de uma leitura de mundo a partir do local/global.

Quanto ao livro didático, é histórica sua importância no ensino brasileiro, principalmente a partir da década de 70 (SPOSITO, 2006). Para Azambuja (2008), o livro didático, se torna com a geografia advinda dos PCN's, “[...] um poderoso aliado na sua implantação”, haja vista ser uma política pública concretizada através do Programa Nacional do Livro Didático do Ministério da Educação – MEC.

O livro didático é entendido aqui como um aparato educacional que reproduz um tipo de saber, representando um modo de ensinar uma seqüência de conteúdos bem distribuídos e ilustrados. Estes são, segundo Larrosa (2004, p.153) “[...] determinantes para a produção, a reprodução e também para a dissolução disso que chamamos realidade”, é uma possibilidade de ensinar geografia.

Na área de Geografia, o livro além de “[...] preparar o aluno para atuar no mundo complexo, localizar-se nele, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado”, deve ser capaz de desenvolver o senso crítico, permitindo ao sujeito problematizar a realidade, propondo soluções e reconhecendo sua complexidade. (HESPANHOL, 2006 p. 77).

² Programa Internacional de Educação Ambiental.

Diante disso, interessa nos saber com que significação o ambiental aparece nos livros didáticos de geografia? Aparece articulado a que questões? Permite que o sujeito em formação seja capaz de reconhecer as dinâmicas naturais e sociais e a integração entre as mesmas além de identificar elementos e agentes de transformação do ambiente de uma forma crítica? A geografia do livro didático de 7º ano do Ensino Fundamental, cujo conteúdo é geografia do Brasil, não estaria contribuindo para a formação de um sujeito planetário, já que trata diretamente de outras escalas, que não a local/global? É possível dizer que o ambiental que aparece nos livros didáticos de geografia reproduz o discurso ambientalista?

Procedimentos metodológicos

Neste texto, apresentamos parte de uma análise em construção³. A leitura e interpretação do ambiental nos livros didáticos de geografia de 7º ano do Ensino Fundamental têm, conforme dito anteriormente, como base a geografia que emerge dos PCN's.

Os livros didáticos analisados na pesquisa são recomendados e avaliados pelo MEC⁴ através do PNLD 2008⁵. O Ministério da Educação – MEC junto ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação realizam periodicamente uma avaliação de livros didáticos, que posteriormente, são distribuídos em escolas públicas em âmbito nacional. O PNLD é, segundo o MEC, um dos mais antigos programas de distribuição de livros didáticos destinados a estudantes da rede pública de ensino brasileira e, desde 1929, vem passando por aperfeiçoamentos e diferentes formas de execução.

Num rol de 19 coleções avaliadas e recomendadas, destacamos os três livros de geografia de 7º ano do Ensino Fundamental que tiveram maior aceitação pelos professores da Rede Estadual e Municipal de Ensino de Santa Catarina. Juntos eles representam 70% das escolhas realizadas pelos professores das escolas estaduais e municipais. Segundo o FNDE/MEC, foram distribuídos 107.623 livros didáticos para as escolas⁶. Das 19 coleções recomendadas, 14 delas aparecem nas escolhas dos professores do Estado.

Tabela 01 - Livros Didáticos distribuídos no Estado de Santa Catarina.

Código	Título	Editora	Quantidade de livros distribuídos	%
00102COL05	Construindo Consciências	Scipione	4726	4,4
00071COL05	Construindo a Geografia	Moderna	1122	1,0
00099COL05	Trilhas da Geografia	Scipione	2240	2,1
0027COL05	Geografia Crítica	Ática	9467	8,8
00026COL05	Construindo o Espaço	Ática	12558	11,7
00058COL05	Geografias do Mundo	FTD	1389	1,3

³ Dissertação de mestrado (em andamento), vinculada ao curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, orientada pela Profª Drª Rosemy da Silva Nascimento.

⁴ Ministério da Educação.

⁵ Plano Nacional do Livro didático.

⁶ Número relativo aos livros enviados para o início do ano letivo de 2008, através da escolha PNLD/2008.

00073COL05	Projeto Araribá	Moderna	51727	48,1
00150COL05	Geografia - Homem & Espaço	Saraiva	9609	8,9
00123COL05	Geografia (Elos)	IBEP	161	0,1
00126COL05	Geovida - Olhar Geográfico	IBEP	113	0,1
00087COL05	Geografia do Século XXI	Positivo	2024	1,9
00011COL05	Geografia - Sociedade e Cotidiano	Escala Educacional	749	0,7
00139COL05	Geografia (Séries)	Quinteto Editorial	3624	3,4
00072COL05	Geografia (Temas)	Moderna	8114	7,5
		TOTAL	107623	100,0

Fonte: Guia Nacional do Livro Didático/MEC.

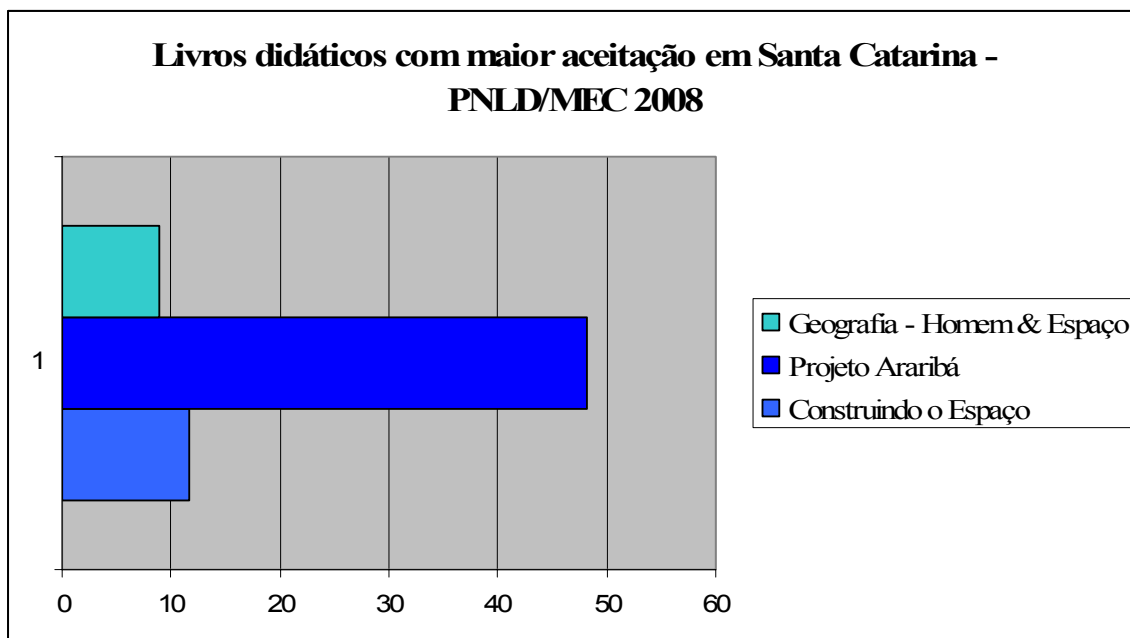


Gráfico 01 – Livros didáticos com maior aceitação no Estado de Santa Catarina/PNL D 2008.

Fonte: Guia Nacional do Livro Didático/ MEC.

Através do gráfico, é possível observar que o livro intitulado Projeto Araribá da Editora Moderna é bastante representativo entre as escolhas. Construindo o Espaço da Editora Ática e Geografia: Homem & Espaço, Editora Saraiva são os dois outros livros com maior aceitação pelos professores das redes estaduais e municipais de Santa Catarina.

Neste artigo apresenta-se uma análise do tema 4: *Problemas sociais e ambientais nas cidades*, inserido na Unidade 3 – Industrialização e Urbanização do Brasil do livro Projeto Araribá, o capítulo 3 – *A Paisagem natural brasileira e a ação humana* do livro Geografia: Homem & Espaço e a seção *De bem com a natureza* que fecha o capítulo 6 – A diferenciação regional no Brasil do livro Construindo o Espaço, com foco na temática ambiental.

Estes temas, capítulos ou seções, conforme nomeados em cada livro fazem referência direta ao ambiental e estão distribuídos em seqüências anteriores à abordagem do conteúdo de geografia do Brasil dividido por regiões. A leitura do ambiental nos livros didáticos segue os apontamentos realizados anteriormente, nesse sentido, dialogaremos em torno das questões expostas no texto, construindo uma reflexão sobre essa temática e sua abordagem na geografia escolar.

O ambiental no ensino de geografia do Brasil: uma análise de livros didáticos

O ensino de geografia do Brasil deve segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (1998) ser trabalhada na 6ª série ou 7º ano do Ensino Fundamental. Segundo este documento “estudar o espaço brasileiro supõe partir da realidade que se vive, isto é, a realidade do Estado de Santa Catarina, e considerar o conjunto do território brasileiro fazendo a análise globalizada e regionalizada” (PCSC, 1998, p.186).

Dialogaremos com Larrosa (2004), no sentido de pensar que contornos toma a temática ambiental no ensino de geografia do Brasil e quando submetida “[...] às regras didáticas e ideológicas do discurso oficial e dominante”. Citando Basil Bernstein, o autor coloca

o texto pedagógico [...] configura-se mediante a apropriação de outros textos que foram selecionados, descontextualizados, transformados e recontextualizados: a literatura escolar não é a Literatura, do mesmo modo que a física escolar não é a Física e a história escolar não é a História. Quando um texto passa a fazer parte do discurso pedagógico, esse texto fica como que submetido a outras regras, como que incorporando a outra gramática. (LARROSA, 2004, p.117).

Entende-se por discurso oficial e dominante no campo educativo aquele que diz respeito aos processos de organização, seleção, classificação dos saberes trabalhados a partir de documentos curriculares dos mais diversos, subordinados a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB/1996. Diante dessas considerações partimos para a reflexão dos livros.

O tema 4 - *Problemas sociais e ambientais nas cidades* (páginas; 76 e 77), da unidade 3 - Industrialização e Urbanização do Brasil é o último tema da unidade do livro Projeto Araribá. Os três primeiros temas são: 1- A industrialização brasileira; 2- A urbanização brasileira e 3- Rede e hierarquia urbanas.

Supõe-se então que o tema 4 da mesma unidade, estaria relacionado aos assuntos apresentados nas unidades anteriores. Inicia-se o tema com a abordagem dos problemas sociais urbanos. Os problemas sociais urbanos estão segundo este livro, relacionados à “pobreza urbana” e “moradias precárias”, haja vista que a maioria “[...] da população considerada pobre vive em cidades, principalmente em regiões metropolitanas” (p.76). Ao mencionar o problema da pobreza urbana e moradias precárias, apresenta-se como exemplo ilustrativo, o seguinte quadro (p.76)



Figura 01 – Quadro ilustrativo relacionado à pobreza urbana e moradias precárias.

Porque as áreas de encostas de morros ou margens de rios e córregos são consideradas áreas de risco? A ocupação irregular é causada apenas pela população de baixa renda? A ocupação irregular em áreas de risco, além de um problema social, não é também ambiental? Essas questões nos permitem uma reflexão acerca da simplificação e reprodução de informações que não auxiliam o sujeito no processo de construção do conhecimento. Informações sem as devidas explicações e relações, que não permitem um entendimento das dinâmicas que envolvem determinada ocupação e uso do solo urbano.

Na página seguinte, encontra-se a apresentação sobre os problemas ambientais:

os problemas ambientais urbanos não são encontrados apenas nas grandes cidades, mas nelas, são agravados pela intensa concentração de pessoas e de produção econômica. Os problemas ambientais urbanos mais comuns são a poluição atmosférica e das águas, a visual e a sonora. (PROJETO ARARIBÁ, 2007, p.77)

Logo, abaixo desta, vem a explicação de cada um dos tipos de poluição acima mencionados, as causas desses problemas e suas possíveis conseqüências. A partir da leitura desse tema é possível observar o ambiental atrelado ao conceito de problemas. Vejamos: “os principais causadores da poluição atmosférica nas cidades são as indústrias e os veículos que queimam combustíveis fósseis”, “outro problema ambiental urbano é a poluição das águas, causada por rejeitos lançados nos rios pelas indústrias e residências” (p.77).

Esse enquadramento da temática ambiental que nomeia os causadores de tais problemas não provoca certo distanciamento com o cotidiano das pessoas? Será que as crianças conseguem materializar essas questões no seu cotidiano? Quais os atores que trabalham nessas indústrias, que dirigem esses veículos que queimam combustíveis fósseis, que lançam seus rejeitos nos rios? Os problemas ambientais só estão presentes nas cidades? Sejam elas pequenas, médias ou grandes? Existem e quais são as possíveis soluções para os problemas citados?

Na leitura dos PCNs, citado anteriormente no texto, encontrávamos a seguinte passagem, “[...] os temas *sociedade* e *meio ambiente* são os que permitem maior aproximação, “[...] pois, ao tratar da formação socioespacial, das novas territorialidades

e temporalidades do mundo, aborda-se de forma ampla os processos que geram uma determinada ocupação do solo, as demandas por recursos naturais, o crescimento populacional e a urbanização, entre outros”. (PCNs, 1998, p. 46)

As excessivas generalizações que são construídas em torno do ambiental no livro didático e a fragmentação apresentada neste tema, que trata dos problemas sociais e ambientais nas cidades, sem aproximá-los, mostram-nos uma lacuna na abordagem dessa questão no ensino de geografia. Percebe-se então um texto meramente informativo e fragmentado que se não for complementado por outras atividades/cotidianos/realidades, restringi-se ao campo da transmissão de conteúdo, da objetividade, da reprodução e do reconhecimento de um saber, como verdade e realidade.

No capítulo 3 – A Paisagem natural brasileira e a ação humana, do livro *Homem & Espaço*, a temática ambiental é apresentada de forma bastante diferente. Já no início do capítulo aparece um mapa dos principais problemas ambientais do Brasil. Esses problemas dizem respeito à contaminação do solo e da água por atividades de garimpo, mineração, agrotóxicos, esgoto doméstico e atividade industrial, poluição do ar, chuva ácida e áreas com ocorrência de desertificação.

No texto apresentado ao leitor intitulado: “Uma paisagem natural em exploração e em transformação”, pode-se identificar a explicação do viés histórico de ocupação do território brasileiro e a conseqüente transformação das relações sociedade-natureza pela determinação “[...] do sistema socioeconômico capitalista” (p.49). O livro ressalta que “*a ampliação de capacidade de produção de bens tem sido feita à custa de uma forte intervenção na natureza*” (p.49). Segue que a preocupação do poder político e econômico em relação à natureza, é sempre em detrimento do que a mesma pode oferecer como recurso, ampliação de produção e não em como a sociedade pode melhorar a qualidade de vida “[...] *aproveitando o que a natureza nos oferece sem degradá-la, conservando-a para as gerações futuras*”. (p.49)

Antes da apresentação de uma lista de fatores referentes à degradação ambiental, está a seguinte frase “*dentre as variadas formas de atuação dos agentes privados e públicos que contribuíram para a transformação dos espaços naturais e a degradação do ambiente, [...]*” (p.49). Quer dizer, o que se transforma são os espaços naturais, mas a degradação é do ambiente. Ou será que não há aí uma confusão, já que ao falarmos de atividades que provocam uma transformação dos espaços naturais, não estaríamos falando da própria dimensão ambiental?

Na seção “Aprendendo um pouco mais”, há um texto sobre Desenvolvimento Sustentável. Ao informar ao leitor que é necessário encontrar novas formas de se intervir na natureza, para que os ambientes naturais que ainda existem possam ser preservados garantindo assim a sobrevivência de nossa e das futuras gerações, apresenta-se uma lista de práticas necessárias a essa tal outra forma de intervir na natureza. Essas práticas necessitam de atuações conjuntas de governos, empresas, ONGs e indivíduos.

Mesmo, diante de uma percepção de natureza e ambiente como duas situações que não se conectam, o capítulo traz questões importantes como uso do transporte coletivo, a implantação da rede de esgoto, a modificação dos padrões de consumo atrelado à produção de lixo, além de trazer no texto a seguinte reflexão

alterar o quadro atual, de modo que a degradação ambiental seja reduzida ou evitada, exige uma mudança na maneira como os cidadãos dos diversos países entendem a relação sociedade-

natureza. Será que as pessoas estão dispostas a alterar seus hábitos de consumo e suas formas de locomoção para garantir a sobrevivência das gerações futuras e a permanência dos ambientes naturais que ainda restam na Terra? (Homem & Espaço, p. 51)

A questão acima colocada permite maior problematização da dimensão ambiental no ensino e pode provocar uma série de debates sobre a maneira com que as sociedades entendem a relação sociedade-natureza na atualidade. Pensa-se que essas colocações são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento crítico. O questionamento, a provocação permite um encontro com as idéias, com o debate, com o processo de construção do conhecimento citado nos PCNs.

Na análise desses fragmentos pode-se perceber um ambiental atrelado ao conceito de impactos e problemas e outro com um viés mais histórico, que insere mais possibilidades de leituras sobre a questão.

Considerações Finais

A leitura do ambiental no livro didático de geografia oportuniza a discussão da temática vinculada e muitas vezes reduzida às noções de problema e destruição, materializada por espaços mais ou menos impactados ou alterados, reforçando a reprodução de uma realidade construída pelos meios de comunicação. Ao contrário do que versam os documentos pedagógicos, a atual abordagem do ambiental no livro didático, pode não permitir o reconhecimento da complexidade das diversas formas de lidar com o planeta.

Após dez anos de publicação dos PCNs, percebe-se que os livros pouco seguem as indicações trazidas pelo documento para a abordagem da questão, não proporcionam um exercício de problematização da realidade, um encontro com o cotidiano dos estudantes, mas apenas repassam informações acerca de uma realidade produzida e moldada pelo texto pedagógico.

Há diferenças significativas entre as passagens dos livros analisadas. Em uma delas o ambiental está atrelado aos impactos e problemas nas cidades e em outra adquire um caráter histórico-social, atrelado a questão do modo de produção e transformação da paisagem. O livro *Homem & Espaço* pode possibilitar um debate mais amplo sobre a questão, porém em ambos há uma ausência de articulação com os outros conteúdos.

O ambiental no texto pedagógico reproduz uma realidade construída nos meios de comunicação, ora reduzido a problemas ora divulgando o discurso da preservação e conservação dos recursos para as futuras gerações, marcando a ausência de uma discussão em que os sujeitos possam entender a dinâmica e identificar os elementos que compõe essa dimensão.

O ensino de geografia do livro didático pouco permite um exercício de construção do conhecimento em que o sujeito seja capaz de identificar uma série de relações conflituosas de lidar com o planeta e como esses processos estão organizados espacialmente em diferentes escalas.

Referências

- AZAMBUJA, L.D. A Geografia do Brasil na Educação Básica. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC, 2007. Projeto de Tese.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: geografia*. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Guia de Livros didáticos – PNLD 2008: geografia*. – Brasília: MEC, 2007.
- BOURDIEU, P. O Poder simbólico. Trad. de Fernando Tomaz. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CARVALHO, I.C.M. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- DIAS, G.F. *Educação ambiental: princípios e práticas*. 3.ed. São Paulo: Gaia, 1994.
- GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- GUIDO, L.F.E. *Educação, televisão e natureza: uma análise do Repórter Eco*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós – Graduação em Educação – Faculdade de Educação/UNICAMP, Campinas, 2005.
- HESPANHOL, A. N. A Avaliação oficial de livros didáticos de geografia no Brasil: o PNLD 2005 (5ª a 8ª séries). In. SPOSITO, M.E.B. (Org). *Livros didáticos de geografia História: avaliação e pesquisa*. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006.
- LARROSA, J. *Pedagogia Profana: Danças, Piruetas e Mascarados*. Trad. de Alfredo Veiga-Neto. – 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- MONTEIRO, C.A.F. *A questão ambiental no Brasil: 1960-1980*. Série Teses e Monografias, n.42. São Paulo: IGEO/USP, 1980.
- OLIVEIRA JR, W.M. *Entre pessoas, escalas e ambientes naturais: apontamentos sobre tevê e discurso global*. In. PREVE, A.M; CORRÊA, G. (Org.). *Ambientes da Ecologia: perspectivas em política e educação*. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.
- PROJETO ARARIBÁ: *geografia* Ensino Fundamental. Obra coletiva, concedida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna. 2.ed. São Paulo: Moderna, 2007. (Editora executiva Sônia Cunha de S. Danelli).
- SANTOS, M. *A Redescoberta da natureza*. São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

SPOSITO, M.E. *As diferentes propostas curriculares e o livro didático*. In. PONTUSCHKA, N.N; OLIVEIRA, A.U. (Orgs) *Geografia em Perspectiva*. 3.ed. São Paulo: Contexto,2006.